

Audiência vai debater impactos da dragagem

Reunião ocorrerá amanhã, na sede da 3ª Vara Federal de Santos



Terminal Portuário
de contêineres do Saboó - IPA

Seu espaço com qualidade.

www.rodrimar.com.br

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O pedido do Ministério Público Federal (MPF), de restringir a dragagem do Porto de Santos, será novamente discutido amanhã. Mas, desta vez, todos os envolvidos na ação que aponta a obra como a principal causa da erosão na Ponta da Praia estarão presentes em uma audiência. A ideia é firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as partes.

A audiência será realizada às 15 horas dessa quarta-feira, na sede da 3ª Vara Federal em Santos, na Praça Barão do Rio Branco, no Centro. Será permitida a entrada de ouvintes na sala, mas apenas os representantes de órgãos convocados poderão se manifestar.

Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), Prefeitura de

Santos, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o MPF estão entre os convocados. A audiência foi proposta pela juíza federal substituta Lidianne Maria Oliva Cardoso para ouvir as partes e, assim, chegar a uma decisão.

Segundo o MPF, a dragagem do Porto é a principal causa da erosão na Ponta da Praia. Para provar o contrário, a Docas enviará quatro representantes, entre eles, suas superintendentes Bernadete Mercier (jurídica) e Alexandra Grota (Saúde, Segurança e Meio Ambiente).

AÇÃO

O MPF pede a suspensão do alargamento do Trecho 1 do canal de navegação do Porto,

Em Brasília

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realiza uma audiência pública hoje, às 10 horas, em Brasília, para debater as ações relacionadas às obras dos novos acessos ao Porto de Santos. A reunião ocorrerá a pedido do deputado federal João Paulo Papa (PSDB-SP). Vão participar o ministro dos Portos, Edinho Araújo, o secretário de Estado de Transportes e Logística, Duarte Nogueira, e os prefeitos Paulo Alexandre Barbosa (Santos) e Maria Antonieta de Brito (Guarujá). A sessão pode ser acompanhada pelo link www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cvt

que vai da Barra até o Entrepósito de Pesca. O pedido é para que a Docas seja autorizada apenas a manter a largura da via por onde passam os navios em 170 metros naquela região.

Para isso, além da ação, o procurador da República Antonio José Molina Daloia ingres-

Draga Lelystad chega ao Porto

CARLOS MOGUEIRA



A draga Lelystad, da Van Oord Operações Marítimas, chegou ao Porto de Santos no último sábado. Mas a data em que ela começará a corrigir os pontos de assoreamento no canal de navegação ainda não foi definida. Tudo depende de uma reunião que vai decidir a estratégia de trabalho a ser executada. Executivos da Van Oord virão do Rio de Janeiro para elaborar esse planejamento. A ideia é identificar quais os pontos prioritários e acertar por onde a

obra irá começar. Além disso, o plano deverá compatibilizar os trabalhos de dragagem no Canal de Piaçaguera, que dá acesso aos terminais instalados em Cubatão. De acordo com os levantamentos sobre as profundidades dos quatro trechos do canal do Porto, existem pontos de assoreamento com 14,1 metros de profundidade – eles deveriam ter cerca de 15 metros. Essas áreas estão principalmente no Trecho 2, entre o Entrepósito de Pesca e a Torre Grande. Já na curva próxima ao Armazém 12, no Trecho

3, foram encontrados pontos com fundura entre 14,4 e 14,5 metros. Com essa medida, como há a necessidade de o navio ter uma distância de segurança do fundo do canal, seu calado máximo (a altura da parte submersa do cargueiro) poderia ser reduzido para 13 metros. A diretoria da Codesp prometeu que esses locais assoreados seriam dragados primeiro. Por isso, não houve necessidade de mudanças nas restrições à navegação.

sou com um agravo de instrumento no Tribunal Regional Federal (TRF). Isso ocorreu após a Justiça negar o primeiro pedido de restrição da dragagem. Ele defende que as obras fazem com que as correntes

gerem ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia.

O MPF pediu também a anulação parcial da licença ambiental concedida para o alargamento do Trecho 1 do canal.

Ao apreciar inicialmente o caso, a juíza Lidianne Cardoso decidiu que o pleito do MPF só seria acatado após manifestação das partes. A defesa da Codesp, do Ibama e da União ainda estão em análise.